



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Rodrigo de Faria

rod.faria@gmail.com | Universidade de Brasília

Por dentro do panamericanismo e do interamericanismo:
a OICI e o pensamento urbano sobre a cidade latinoamericana.

Inside panamericanism and interamericanism:
the OICI and urban thinking about the Latin American city.

Desde dentro del panamericanismo y el interamericanismo:
la OICI y el pensamiento urbano sobre la ciudad latinoamericana.

Resumo | Abstract | Resumen

1. A cidade (latino-americana) no final do século XIX: entre o indesejado e o inacessível¹



Figura 1. Sin pan y sin trabajo. Ernesto de la Cárcova. Acervo do Museo Nacional de Bellas Artes de Buenos Aires. Disponível em: <https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/1777/>. Acesso: 20 de abril de 2020.

*Sin pan y sin trabajo*² é uma obra do argentino Ernesto de la Cárcova datada de 1894. Foi iniciada entre Turim e Roma, mas trabalhada pelo artista sobretudo em Buenos Aires, tendo sido exposta nesse mesmo ano no Segundo Salão do Ateneu da capital porteña. Já pelo título se evidenciam as dimensões de crítica política e social que a obra em si apresenta, com tamanha expressividade entre a mulher com uma criança no colo e um homem em aparente fúria que olha fixamente para o exterior. Entre ambos, uma mesa sem alimentos ou utensílios como pratos e talheres, apenas uma ferramenta qualquer³: um claro posicionamento do artista sobre as condições de vida da classe trabalhadora porteña no final do século XIX.

À época, a Argentina passava por importante crise econômica que, a partir de 1890, segundo Matías Landau, “afectó profundamente las condiciones de vida de los sectores populares”. Nesse momento, conforme Landau, “por entonces, la posibilidad de conseguir trabajo, aun en forma intermitente,

¹ Este trabalho é financiado pelo CNPq na Modalidade Bolsa PQ.

² As citações e referências em espanhol serão mantidas neste idioma para preservar a ideia original de autores em relação aos argumentos e conceitos.

³ Disponível no site do Museo Nacional de Bellas Artes. Disponível em: <https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/1777/> (Pesquisa realizada dia 15 de abril de 2020)

disminuyó abruptamente, debido fundamentalmente a una merma de las obras públicas y la construcción” (LANDAU, 2018, p. 75). Se não há trabalho, evidentemente não há alimento, e a consequência dessa dupla ausência se constata na precarização cada vez mais aguda da vida na cidade, afetando também as condições de moradia da população trabalhadora.

A obra de Ernesto de la Cárcova traz uma relação específica com a cidade de Buenos Aires, mas que pode ser conceitualmente generalizada quanto aos problemas socioeconômicos, habitacionais e urbanos que afetavam os trabalhadores e a população em grande parte das cidades dos demais países do Continente Americano e Europa. No Brasil, por exemplo, pode-se fazer referência aos problemas relacionados com cortiços como o Cabeço de Porco no Rio de Janeiro, demolido em janeiro de 1893 numa “operação de guerra” (CHALHOUB, 1996), ou, ainda, à situação sanitária decorrente da epidemia de febre amarela em 1893 na cidade de São Paulo, associada à precarização das condições habitacionais no bairro de Santa Efigênia (CORDEIRO, 2010). Em New York, no ano de 1890, “medio millón de personas, de un total de dos millones y médio, viven en condiciones infra-humanas en areas marcadamente degradadas, donde la mortalidad infantil y las enfermedades infeccionas llegan a índices altísimos” (SICA, 1981, p. 699).

Para ficar apenas com o caso de Buenos Aires – até por ser esta cidade o contexto de produção e divulgação do quadro executado por Ernesto de la Cárcova –, como exemplo da realização de obras de melhoramentos e embelezamentos, no mesmo ano em que a obra *Sin pan y sin trabajo* foi exposta, ocorreu a inauguração da Avenida de Mayo, um eixo “monumental urbano que uniría la Plaza de Mayo con la de Lorea, donde se instalaria el palacio del Congreso” (GUTIERREZ, 1992, p.530). É possível identificar, já em meados do século XIX, ações governamentais para criar e ofertar infraestrutura urbana para Buenos Aires. Em 1856, foi inaugurado o primeiro serviço de gás; em 1887, foi iniciada a geração de energia elétrica e a definição do perímetro da cidade com a avenida de contorno (Avenida de Circunvalación); a própria Avenida de Mayo foi aberta em 1894, o novo

Parque Madero, o Parque Tres de Febrero, tudo isso acompanhado de importante concentração populacional ao se registrar um total de 1 milhão de pessoas em 1900 (GUTIERREZ, 1992; LANDAU, 2018).

Tais obras são símbolo e representação da imagem que se pretendeu construir de uma cidade bela, higiênica e moderna que, “a todas luces, quines transitaban por las zonas céntricas tenían la impresión de hallarse ante una ciudad pujante, que buscaba eliminar los trazos de su pasado español” (LANDAU, 2018, p. 74). No entanto, essa representação não tem como esconder que existe *outra cidade*, cindida da que se fez construir como bela, higiênica e moderna, algo como o outro lado da “urbanización decimonónica”, oposto às melhorias em infraestrutura urbana, o outro lado da mesma cidade, em que

luego de la epidemia de fiebre amarilla em 1871, la elite se había trasladado al norte de la ciudad (...) los sectores populares vivían, en su mayoría, hacinados en casas colectivas de inquilinato, conocidas popularmente como conventillos. Cerca de un tercio de esa población se alojaba bajo esta modalidad, viviendo en una situación crítica (LANDAU, 2018, p. 74).

Portanto, *Sin pan y sin trabajo*, mas também sem habitação e, principalmente, sem cidade. Tudo isso é signo da ausência – ou da existência profundamente precária – e da exclusão social-espacial explicitamente marcada pela concentração-acumulação fundiária, produtora de cidades antagônicas numa mesma cidade, que são duas ao mesmo tempo, ou várias e distintas cidades numa só. Buenos Aires não era uma exceção na América Latina ou em todo o continente, mas, assim como outras cidades em expansão urbana no século XIX e início do XX, explicitava as cisões decorrentes da urbanização capitalista, especialmente em relação ao acesso e qualidade dos serviços e infraestrutura urbanos. Por outro lado, isso não significa que as cidades latino-americanas tivessem os mesmos sistemas econômico-sociais e que estes se inserissem da mesma forma na divisão internacional do trabalho. Como já observou Ricardo Hernán Medrano, para os casos específicos de Buenos Aires e de São Paulo (MEDRANO, 2003), alguns aspectos desses sistemas confirmam as diferenças existentes nas cidades e

países, que informam as particularidades do processo histórico de cada cidade latino-americana, ainda que, em termos gerais ou conceituais, seja possível identificar aspectos sociais, econômicos e urbanos comuns na longa duração histórica desde os primórdios da colonização. Afinal, como formulado por Fernando Lara,

para as grandes áreas metropolitanas explodindo com o crescimento populacional a regra era uma urbanização de exclusão que concentrava riqueza e poder nas mãos de poucos, de Nova York a Buenos Aires, de São Francisco a Lima (...) Embora seja geralmente assumido que a informalidade e a marginalização são fenômenos do século XX, ambas são onipresentes desde a fundação das cidades latino-americanas no século XVI (LARA, 2018, p. 71).

Por isso, esse antagonismo não está formulado como oposição entre elementos sem qualquer vínculo, mas como parte de um mesmo processo, ainda que em perene conflito: de um lado o indesejado, a cidade suja, pobre e precária em sua própria materialidade edilícia, seja habitacional, seja referente a qualquer equipamento urbano; do outro, o inacessível, a cidade bela, higiênica e moderna que delimita espacialmente essa concentração de riqueza observada por Fernando Lara. Trata-se, portanto, de processos complementares que demarcam as cisões existentes nessas cidades, todas elas resultantes do longo decurso histórico desde a colonização hispano-portuguesa e que seguem avançando no atual século XXI, passando, portanto, pelo século XIX e início do XX, período em que o debate sobre o panamericanismo recebeu importante atenção na agenda de intelectuais, políticos e governantes.

2. Sobre a construção do panamericanismo: visões e indagações

Aqui não se pretende assumir uma posição imutável sobre o que deve ser entendido por panamericanismo, mas principalmente colocar em diálogo algumas interpretações acerca do debate político e identitário no continente americano entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, com base nesse diálogo, pretende-se explicitar um posicionamento em relação a um possível lugar comum que tudo explica pela hegemonia e

pelo imperialismo dos EUA em relação à América Latina, sem espaço para a reflexão sobre como se deu a construção identitária e política no continente como correlação de forças e ideias dos agentes envolvidos.

Para tanto, é importante considerar, ainda que apenas para efeito geral, um arco espaço-temporal de longa duração que propicia uma análise crítica do papel que a América Latina teve na construção da modernidade ocidental desde 1492, a partir de duas perspectivas convergentes conceitualmente. A primeira, delineada por Walter Mignolo no texto “A ideia de América Latina”, trata da “invenção” da América Latina e foi problematizada como fundamento do saber decolonizador, para entender que “no es con la modernidad que se superará la colonialidad, pues es precisamente la modernidad la que necesita y produce la colonialidad” (MIGNOLO, 2007, p. 37). Na outra perspectiva, elaborada por Aníbal Quijano em “Modernidad, identidad y utopia en América Latina”, a produção dessa modernidade teve relação direta com a constituição histórica da América Latina e, especialmente a partir do século XVIII, foi estruturada num fato ao mesmo tempo paradoxal e surpreendente:

mientras que en Europa la modernidad se difunde y florece abonada por el desarrollo del capitalismo, con todo que eso implica para la producción de bienes materiales (...) en América Latina, especialmente desde el último tercio del siglo XVIII, se va estableciendo una brecha ostensible entre, de un lado, las necesidades ideológicas y sociales de la modernidade, y del otro, el estancamiento y desarticulación de la economía mercantil (...) Con la conocida excepción de algunas áreas más inmediatamente ligadas al desarrollo capitalista europeo, en el grueso de lo que está emergiendo como América Latina, esa es la típica contradicción que lo caracteriza (QUIJANO, 1988, p. 15).

Ainda conforme Quijano, a compreensão dessa contradição passa também pelo entendimento de que a construção da modernidade na Europa e na América Latina teria ocorrido sobretudo com o apogeu do mercantilismo nos séculos XVII e XVIII, mas também como parte das relações coloniais e, nesse caso, por um duplo movimento. De um lado, enquanto na Europa o mercantilismo se transformava em capitalismo industrial, na América Latina, a partir do século XVIII, esse mesmo mercantilismo foi se estagnando. De outro

lado, todo esse movimento de mudanças no sistema econômico era acompanhado de uma mudança no sistema de relações de poder em direção à dominação Inglesa, consolidada historicamente no século XIX (QUIJANO, 1988), não sem antes passar pelas relações que foram delineadas com a França, seja com Michel Chevalier no contexto da expedição militar de Napoleão III sobre o México, seja com a presença de intelectuais latino-americanos que viviam em Paris, como o chileno Francisco Bilbao Barquín, o colombiano José María Torres Caicedo e o argentino Carlos Calvo, dentre outros.

A próxima transição nesse sistema de relações de poder se daria com a mudança da dominação Inglesa em direção aos EUA entre o século XIX e início do XX. Assentada em termos gerais no final da Segunda Guerra Mundial, essa transição marcaria o início de uma hegemonia imperialista dos EUA em relação ao mundo e, particularmente, à América Latina. Não é irrelevante lembrar que o próprio panamericanismo passou por um processo importante de construção de sua *institucionalidade* nesse mesmo momento, primeiro com a *Unión Panamericana* em 1910 – conforme Resolução aprovada na IV Conferência Panamericana em Buenos Aires – e, depois, com a criação da *Organización de los Estados Americanos* em 1948.

Para Quijano, foi nesse processo de transição do sistema de poder da Inglaterra para os EUA que a modernidade teria deixado de ser produzida e co-produzida “desde el suelo cultural latinoamericano”, e que, ao mesmo tempo, a hegemonia da racionalidade como instrumento de poder seria consolidada. Ainda segundo Quijano, a partir de então,

la modernidad sería, en adelante, vista casi exclusivamente a través del enturbiado espejo de la modernización”. Esto es, la transformación del mundo, de la sociedade, según las necesidades de la dominación (...) Para América Latina esa inflexión de la historia no fue no solo decisiva. Fue catastrófica. La victoria de la instrumentación de la razón en servicio de la dominación, fue también una profunda derrota de América Latina, pues, por su propia situación colonial, la producción de la racionalidade moderna estuvo aquí asociada, sobre todo, a las promesas liberadoras de la modernidade (...) América Latina no volvería a encontrar la modernidade sino bajo la cubierta de la ‘modernización’ (QUIJANO, 1988, p. 51-54).

Para a América Latina, portanto, a transição no sistema de relações de poder e sua sujeição a essa “modernização” centrada nos EUA não mudou a permanente colonialidade até então atrelada à Europa. Ocorreu que essa colonialidade também transitou e foi espacial-culturalmente internalizada no próprio continente americano, ao longo de um processo histórico em que a Doutrina Monroe de 1823⁴ figura como marco importante, até se consolidar, não sem um contínuo e potente confronto de ideias políticas e culturais, no panamericanismo, cuja *origem* a literatura historiográfica e política invariavelmente associa à realização da Primeira Conferência Panamericana realizada em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890. Note-se, porém, que o panamericanismo não é em si uma instituição ou um evento, mas um jogo político de ideias e concepções, de modo que essa Conferência poderia ser interpretada antes como parte de sua própria historicidade, do que como a sua *origem* em 1889.

Nesse sentido, é oportuno anotar a importância do período entre 1823 e 1889 para a historicidade das ideias panamericanistas no século XIX, portanto, como parte do mesmo arco temporal em que se teria dado aquela inflexão da modernidade em modernização, observada por Aníbal Quijano, que seguiria definindo as relações de poder também no século XX. Assim sendo, nesse longo período histórico desde o final do século XV, é possível vislumbrar um conjunto de três grandes ciclos ou temporalidades estruturantes da contínua relação de colonialidade sobre a América Latina.

O primeiro deles, relativo às coroas ibéricas, Espanha e Portugal, se deu entre 1492 e o século XVIII. O segundo, já durante o século XIX, em relação à França e, sobretudo, à Inglaterra, ao mesmo tempo em que se consolidavam os processos de independência e a organização de repúblicas autônomas na América Latina. O terceiro é o que tem relação direta com os EUA,

⁴ Como formulado por Tereza Ducli, a Doutrina Monroe foi “concebida como uma estratégia da política externa dos Estados Unidos para tentar aumentar a sua área de influência no continente (...) como declaração unilateral de política externa dos EUA, acabou por inaugurar uma prática mantida pelos governos norte-americanos posteriores, que a interpretaram segundo seus próprios interesses” (DULCI, 2013, p. 41-42).



consolidado na organização da Primeira Conferência Panamericana entre 1889/1890, que deve ser interpretada como resultante daquele processo historicamente mais longo, desde 1823. Portanto, esse terceiro ciclo está articulado e sobreposto ao segundo desde a formulação da *doutrina monroísta*, passando pela consolidação das ideias político-identitárias do panamericanismo no final do século XIX, que culminaria na formulação do interamericanismo com a criação da Organização dos Estados Americanos em abril de 1948. Quem capturou com precisão esse contexto foi Arturo Ardao, ao afirmar que

El viejo ‘americanismo’ de cuño hispanoamericano, después de 1890 quedó definitivamente desdoblado en ‘panamericanismo’ y ‘latinoamericanismo’. Cada uno de estos movimientos siguió desde entonces su propia (aunque no independiente) evolución. Pasaron los dos por diversas etapas interpretadas de manera muy dispares, según el momento. En términos generales, se podría señalar el año de 1948 como mojón histórico para ambos, el más importante desde el punto de vista institucional después de 1890, aunque por razones distintas en uno y outro caso. En 1948, el ‘panamericanismo’ experimenta su mayor transformación con su conversión terminológica en ‘interamericanismo’ y la creación de la Organización de los Estados Americanos; en esse mismo año, el latinoamericanismo es acogido por primera vez em la denominación oficial de un organismo internacional, al constituirse en el seno de las Naciones Unidas la Comisión Económica para América Latina, CEPAL (ARDAO, 1986, p. 166).

Por outro lado, isso que Arturo Ardao observou em relação à transformação experimentada pelo panamericanismo entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX é um processo mais complexo, pregresso, e que pode ser examinado se as análises não se circunscreverem ao formalismo simbólico de uma suposta “fundação” do panamericanismo com a realização da Conferência realizada na capital dos EUA entre 1889 e 1890. Por isso, mais interessante que tentar localizar ou identificar o momento fundador do termo em si é ampliar um pouco a lente de análise sobre o próprio panamericanismo, construindo um diálogo com interpretações que fizeram uma leitura do seu processo de construção e de suas (possíveis) relações com o latinoamericanismo.

Uma referência interessante nesse diálogo é o trabalho “Pensando um Continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul” de Fernando Vale Castro (CASTRO, 2012). Ao analisar o movimento entre os primórdios e a hegemonia do panamericanismo, o autor traz para o debate um estudo realizado por Anatoli Glinkin no livro *El latinoamericanismo contra el panamericanismo: desde Simón Bolívar hasta nuestros días* para indicar a existência de duas perspectivas de uso do termo. A primeira delas seria a perspectiva latinoamericana, como panamericanismo latino, vinculada aos processos de independência, enquanto a segunda seria norte-americana, como panamericanismo monroísta (CASTRO, 2012, p. 59-62).

Na leitura que Castro fez em diálogo com Glinkin, ambos os panamericanismos estariam temporalmente vinculados à década de 1820, o latino, com o Congresso do Panamá de 1826, e o monroísta, com a declaração do Presidente James Monroe ao Congresso Norte-americano em dezembro de 1823. O panamericanismo latino, fortemente calcado nas ideias de Simón Bolívar, se apresentaria como universalista, enquanto o monroísta, centrado nos pressupostos do que seria a Doutrina Monroe, teria uma premissa isolacionista e unilateral, fundamental, segundo Castro, “para a compreensão da ação política norte-americana para a América Latina em fins do século XIX (...) no sentido de estabelecer um domínio concreto sobre o continente”, cuja hegemonia “teria como marco inaugural a guerra contra a Espanha em 1898” (CASTRO, 2012, p. 61-62).

Esse mesmo argumento de identificação-delimitação de ambos os panamericanismos contém uma ideia do que se denominou “fracasso da construção do sonho bolivariano” com o arrefecimento do panamericanismo latino, processo que abriu “assim espaço para o norte-americano” (CASTRO, 2012, p. 62). Possui, nesse sentido, um duplo significado, que é ao mesmo tempo relacional e oposto, sendo a relação o que necessariamente articula a existência dessas duas construções político-culturais ao longo do tempo (século XIX num primeiro momento) e do espaço (América Latina e

Continente Americano). Já a oposição é o significado que coloca a ambos os panamericanismos no campo da dialética, por isso, divergentes na concepção (universalismo/unilateralismo) que caracterizaria a tese de cada um deles (latino/norte-americano) em relação ao que seria, no mesmo processo, a antítese representada pelo outro panamericanismo (norte-americano/latino).

Dito isso, faltaria compreender como se deu a síntese. Para tanto, é oportuno partir de uma indagação: a síntese seria a hegemonia do panamericanismo norte-americano sobre o panamericanismo latino, ou seja, dos EUA em relação à parte do continente que, a partir de meados do século XIX, passaria a construir sua identidade como América Latina? Se pesarmos essa síntese como uma resultante hegemônica do complexo processo histórico entre a década de 1820 e a realização da Conferência de Washington em 1889/1890, passando pela guerra contra a Espanha em 1898 e adentrando o novo século, “indubitavelmente, o panamericanismo dos primeiros anos do século XX caracterizou-se como instrumento de ação dos Estados Unidos em relação à inserção internacional da América Latina na qualidade de área periférica norte-americana” (CASTRO, 2012, p. 63).

Essa hegemonia não ocorreu, entretanto, sem qualquer tipo de contraponto nos diversos países latino-americanos, ainda que em alguns deles tenha prevalecido o apoio ao panamericanismo, como foi o caso do Brasil, representado pelo seu Ministro de Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, e o Embaixador Brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco. Trata-se de uma visão que pode ser observada em dois momentos. O primeiro, na realização da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro em 1906, para a qual foi construído o edifício que seria identificado como “Palácio Monroe”⁵; o segundo, em 1909 no Rio de Janeiro, com a criação pelo

⁵ “Montada defronte a Baía da Guanabara, no fim da avenida Central, a edificação imponente era conhecida, entre os brasileiros, como “Palácio São Luiz”, em função de ter sido ela, originalmente, destinada a abrigar o Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis, ocorrida em 1904, nos Estados Unidos. Entretanto, o nome latino daquela obra de arquitetura seria esquecido em pouco tempo, uma vez que durante a realização das assembleias da referida Conferência, o Barão do Rio Branco (...) requereu que o palácio fosse, a partir daquele momento, chamado de ‘Palácio Monroe’, em memória do antigo presidente dos Estados Unidos” (ATIQUÉ, 2010, p.27). Ver também outro livro de Fernando Atique: “Arquitetura Evanescente: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica”, publicado pela EDUSP em 2019.



Itamaraty da Revista Americana, reconhecidamente uma revista de “forte acento panamericanista” (BAGGIO, 2000; CASTRO, 2012).

Esse apoio ao panamericanismo não era, todavia, preponderante entre intelectuais de outros países, e muito se questionou e problematizou sobre ele, especialmente nas primeiras décadas do século XX, precisamente no momento em que a hegemonia dos EUA se consolidava. Por isso, é mais interessante pensar no panamericanismo como um campo de debates e tensionamento de ideias sem aquelas duas adjetivações, justamente para que a possibilidade de leitura seja enriquecida pelas oposições e contrapontos. Isso, no fundo, é também um procedimento para que possamos avançar em relação às abordagens exclusivamente ideológicas, de acordo com as quais tudo estaria explicado exatamente pela hegemonia de *um* panamericanismo, o norte-americano, sobre o *outro* panamericanismo, o latino, quando o que interessa é elucidar o papel que a América Latina teve nas discussões sobre o panamericanismo, integrada a ele, ainda que – e principalmente – desempenhando papel fundamental de crítica à hegemonia dos norte-americanos. Trata-se de possibilitar a desconstrução da subordinação, senão de todas as dimensões que envolvem as relações econômicas, culturais e de poder entre América Latina e EUA, ao menos o da construção do conhecimento, abrindo assim caminho para a insubordinação do saber.

Foram vários os intelectuais que, em livros, artigos e conferências, formularam as suas críticas não apenas ao panamericanismo especificamente, mas ao que representava culturalmente, politicamente e economicamente a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina. Entre outros, é possível pensar no argentino Maunel Ugarte, nos Uruguaios Enrique Rodó, Carlos Quijano e Emílio Frugoni, que, nas primeiras décadas do século XX, produziram críticas importantes, seja pela perspectiva cultural representada pelo contraponto entre *Calibán* e *Ariel*, tal qual formulada por Rodó, seja pela proposta de unidade-união latinoamericana associada ao anti-imperialismo das posições de Ugarte (MOYANO, 2004) e Quijano (REIS, 2013).

Outros, como o uruguaio Emilio Frugoni ou o chileno Galvarino Gallardo Nieto construíram posicionamentos mais particularizados. No caso de Frugoni, sua narrativa intelectual estava embasada pelo ideário socialista e, ao mesmo tempo em que apresentava divergências com Carlos Quijano, mantinha com ele aproximações, como na ideia de soberania dos Estados latino-americanos (REIS, 2013). Em relação ao chileno Gallardo Nieto, pode-se afirmar, com base no livro “Panamericanismo” publicado em 1941 como coletânea de artigos em jornais, que sua posição oscilava entre, por um lado, o reconhecimento de uma política continental integrada – ao afirmar, em janeiro de 1934, que “Estados Unidos es, y seguirá siendo poderoso auxiliar del engrandecimiento latinoamericano”⁶ –, e, por outro, críticas mais diretas ao que seria para ele o imperialismo norte-americano (NIETO, 1941, p. 173).

Essas críticas, porém, não ficaram circunscritas aos intelectuais – fossem eles políticos, filósofos, historiadores, sociólogos, artistas, dentre outros profissionais – que nasceram em algum país da América Latina. Foram também formuladas literalmente “do outro lado do mundo”, ainda que mais recentemente, provavelmente durante a década de 1970, mas publicadas no início da década seguinte e, aí sim, fortemente marcadas pela ideologia. Trata-se dos estudos realizados pelos pesquisadores do Instituto de América Latina da Academia de Ciências da URSS, publicados em Moscou no ano de 1982, na coletânea “El panamericanismo: su evolución, historia y esencia”. Tanto a época dos estudos quanto a data da publicação informam com muita clareza duas dimensões relevantes para compreender a posição ideológica de seus autores, incluindo Anatoli Glinkin, a quem já se fez referência. Uma delas está no campo da filosofia política e, portanto, diretamente relacionada ao pensamento político dos autores: marxismo. A outra está no campo das políticas internacionais e relacionada ao momento em que o mundo se viu polarizado em dois blocos, um comunista e outro capitalista: a Guerra Fria.

Como consta na Introdução do livro, o panamericanismo é um assunto importante nas relações interamericanas e, por isso, deve ser estudado como

⁶ O artigo tem como título “Evolución del Panamericanismo”.



doutrina e como base da política dos EUA no hemisfério ocidental. No breve texto introdutório, V. Volski afirma se tratar de um conjunto de estudos históricos sobre os problemas relacionados ao nascimento, no final do século XIX, da “ideologia del panamericanismo, así como con fundación en 1948 de la organización de los Estados Americanos”.

Os textos percorrem um arco temporal que vai da análise da Doutrina Monroe até o que foi denominado de crise do sistema interamericano nos anos 1970, sendo este o tema do último artigo. São abordados, além desses dois assuntos, a origem do panamericanismo, as primeiras Conferências Panamericanas, o panamericanismo entre a primeira e a segunda guerras, a Operação Panamericana, a Alianza para o Progreso e o papel de Cuba revolucionária nas relações interamericanas. Desse conjunto de assuntos, o que foi desenvolvido por Marat Antiásov sobre a *Origen y Desarrollo de las Ideas del Panamericanismo* traz uma análise sobre os significados do que está enunciado, no livro, como “ideologia panamericana”.

Essa ideologia teria sua origem associada ao passado “comum” dos países americanos em suas lutas contra as potências europeias desde o início do século XIX, surgindo desse processo de lutas pela independência um sentimento de unidade americana, de modo que o desenvolvimento posterior do panamericanismo seria, portanto, uma consequência dessa tendência unificadora. Essa narrativa, segundo Antiásov, foi construída de tal forma que a “solidariedade panamericana” teria sido resultante da liberação da América Latina do controle hispano-português, recaindo sobre Simón Bolívar o papel de grande herói da libertação, o responsável por “echar los cimientos de la solidariedad panamericana”. Uma narrativa que resultaria na enunciação, por parte de Franklin D. Roosevelt, “da leyenda de que Simón Bolívar fue el ‘primer anunciador’ de la comunidade americana”, e o panamericanismo seria, portanto, a continuação da concepção americana cuja ideia base havia sido formulada por Bolívar (ANTIÁSOV, 1982, p. 48-50).

O resultado desse processo é conhecido: em 1888, a Câmara de Deputados e posteriormente o Senado aprovaram a proposta de uma lei sobre a

convocatória para a realização, em Washington, da Primeira Conferência Panamericana, efetivamente realizada entre 1889 e 1890. É justamente em análise das primeiras Conferências Panamericanas que a visão geral dos soviéticos sobre o panamericanismo, de teor fortemente crítico, fica explicitada segundo aquelas duas dimensões anteriormente enunciadas: o marxismo-comunismo e a guerra fria. Segundo Lev Zúbok, “uno de los instrumentos a que recurren reiteradamente los monolistas estadounidenses para alcanzar sus objetivos imperialistas lo constituye el panamericanismo” (ZÚBOK, 1982, p.64-66).

O objetivo de formular a crítica pela chave analítica do imperialismo é central e, ao mesmo tempo, não era uma novidade, pois, como foi mencionado, alguns intelectuais latinoamericanos já haviam feito essa leitura, entre eles Manuel Ugarte. Trata-se, nesse sentido, de uma construção de ideias políticas sobre a política panamericanista que também cumpria um papel central nos tensionamentos recorrentes nas relações internacionais no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, o “lugar de fala” desses autores, tanto daqueles que se posicionaram criticamente, quanto dos que defenderam⁷ o panamericanismo, também está muito vinculado ao momento em que foram enunciadas as suas análises, seja na guerra fria no caso dos soviéticos, seja nas primeiras décadas do século XX no caso dessa literatura publicada nos EUA.

A interpretação dos soviéticos é particularmente significativa, pois se deu no mesmo contexto histórico de construção do pós-colonialismo como um “movimento epistêmico, intelectual e político” (BALLESTRIN, 2013, p. 92) desde os anos 1970, como os *Subaltern Studies* na Ásia, passando pela fundação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, posteriormente desagregado em 1998, culminando na criação do *Grupo*

⁷ Uma produção favorável ao panamericanismo foi levantada e analisada por Fernando Atique, dentre as quais se pode citar especialmente *Pan American Progress*, publicado por Philip Leonard Green em 1942, *Pan American Questions*, publicado por Amaro Cavalcanti em 1913, ou *Problems in Pan Americanism*, publicado por Samuel Guy Ingman em 1921 (ATIQUE, 2010, p. 48)

Modernidade e Colonialidade e, mais recentemente, no debate sobre o Giro Decolonial (BALLESTRIN, 2013).

É dessa conjuntura e em decorrência do trabalho de investigação desde a década de 1970 que Aníbal Quijano, ao construir sua crítica epistemológica, formula o conceito de colonialidade do poder, cuja ideia-base passa pela constatação de que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALESTRIN, 2013, p. 99). Portanto, se a construção do panamericanismo for analisada nos termos propostos por Aníbal Quijano, quais sejam, como parte de um sistema de poder delineado pela racionalidade como instrumento desse mesmo poder e pela dominação do capital como instrumento da acumulação, pode ser interpretada como instrumento da “catástrofe” decorrente da inflexão da modernidade para a modernização, cuja hegemonia teria sido formada, ainda que não sem resistência, “de cima para baixo”, da América Anglo-saxônica em direção à América Latina.

Quanto a essa resistência, talvez em dois fatos importantes ela tenha se transformado em ruptura: na América Invertida de Joaquín Torres Garcia e na Revolução Cubana. Ao que resta indagar, ainda que minimamente, de que forma outras possíveis resistências teriam ocorrido, se as interpretarmos como parte de um jogo político complexo de negociações, aproximações e tensionamentos de ideias e projetos, desde a América Latina e em direção à América Anglosaxônica, portanto, dentro do mesmo processo, no caso, o panamericanismo. Mais ainda, uma resistência que também se faz necessária no campo das interpretações como caminho necessário para se romper as *colonialidades do saber* ainda vigentes, independentemente se nos campos da cultura, da política, da diplomacia, da economia ou do urbanismo, pois em todos eles e a partir deles é imprescindível tentar compreender se a resistência ocorreu, como e quais ideias a fundamentaram.

Nesse contexto, o texto Norberto Ferreras “El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del siglo XX” ajuda a tornar mais complexo o exercício de análise, pois retira o

pan-americanismo de um determinismo encerrado em si mesmo e com pouco espaço para a compreensão das resistências que ocorreram nesse jogo político. Isso não significa, por outro lado, que o panamericanismo não tenha sido interpretado ao mesmo tempo como estratégia política de consolidação da hegemonia dos EUA, em meio à qual divergências e oposições também estavam postas no entendimento que os demais países tinham do próprio panamericanismo.

A intenção da leitura proposta por Ferreras é a de pensar o contexto do panamericanismo como um lugar de disputas, não como instância prévia representativa do imperialismo dos EUA. Evidentemente, o autor não desconsidera os interesses dos EUA em controlar as Conferências Panamericanas e demais reuniões internacionais no continente americano, mas relativiza o que aparentemente seria a posição de concordância e sem contestação dos demais países quanto a esses interesses. Para Norberto Ferreras, o panamericanismo e as próprias Conferências Panamericanas foram o lugar em que os países apresentavam suas diferenças e proposições, sobretudo porque o panamericanismo não era uma teoria fixa e deve ser visto como uma prática política (FERRERAS, 2013, p. 165). E, mais, eram diferenças e oposições presentes entre os intelectuais de um mesmo país, como analisado por Katia Baggio em seu estudo “Os intelectuais brasileiros e o Pan-americanismo: a Revista Americana (1909-1919)” (BAGGIO, 2000).

Outro exemplo também importante é o que foi construído pela diplomacia Argentina, para quem o “panamericanismo era uma ameaça”, ao mesmo tempo em que, para muitos outros, era uma possibilidade para o desenvolvimento nacional (FERRERAS, 2013, p.167). Tereza Dulci corrobora essa leitura sobre o posicionamento crítico da Argentina ao informar que a Argentina se opôs ao discurso identitário panamericanista que teria marcado as Conferências Pan-americanas ao enunciar “que a América deveria se voltar para a Humanidade e não para si mesma” (DULCI, 2013, p. 73).

Uma visão oposta a esse papel crítico recorrente que a Argentina assumiu foi formulada por Luís Claudio Villafañe Santos em seu estudo sobre as relações

do Brasil Imperial com a Europa e América. No livro de Santos, a visão positiva por parte da Argentina está atrelada às ideias de Domingo Faustino Sarmiento, ideia também trabalhada por Fernando Atique, que no texto *Conflicto y Armonia de las Razas em América*, de 1883, explicita que os Estados Unidos eram “um modelo a ser seguido pelas outras nações americanas” (ATIQUE, 2010, p. 39). O problema dessa observação em relação ao Faustino Sarmiento não estaria na enunciação da aproximação com EUA, mas na inexatidão do contexto em que isso ocorreu. O momento da exposição do argumento de Domingo Sarmiento, utilizado por Santos e Atique, é anterior ao de realização da Primeira Conferência Pan-americana ocorrida entre 1889 e 1890, que é quando, historiograficamente, o panamericanismo teria sido oficialmente engendrado como ideia e, como sugere Tereza Dulce, como discurso identitário.

Ao se buscar em Domingo Sarmiento uma concepção enunciada como apoio a esse panamericanismo pós-Conferências como se fosse uma posição oficial da Argentina, solapa-se o posicionamento da diplomacia desse país, como nos informam Tereza Dulci e Norberto Ferreras. Isso, pois o posicionamento favorável de Domingo Sarmiento aos EUA – nesse sentido, a constatação de Villafañe e Atique está correta – é anterior ao contexto de atuação da diplomacia argentina a partir de 1889, ou seja, já no âmbito das Conferências Pan-americanas, que foram marcadas por forte oposição aos EUA.

O livro de Villafañe Santos tem ainda outro problema em relação ao uso da ideia de interamericanismo como um conceito transposto ao século XIX, sendo que, para diversos autores, só seria possível falar em interamericanismo a partir da criação da Organização do Estados Americanos na década de 1940. Embora o autor reconheça que o conceito de interamericanismo não pertence ao século XIX, apresenta como justificativa um argumento que resolve pouco o problema, configurando aí um anacronismo das ideias políticas e culturais em debate. E, de fato, esse anacronismo percorre o livro, produzindo uma obliteração de conceitos que são parte da construção de ideias políticas e identitárias, todas elas

profundamente vinculadas aos diversos agentes e contextos históricos os mais diversos, que são de importância irrefutável para compreendermos a própria ideia de América Latina.

O problema se torna ainda mais agudo quando constatamos que a transposição do conceito de interamericanismo acaba reverberando em outras publicações, como no caso do texto de Fernando Atique, que, com base em Villafañe Santos, afirma que “em grande parte do século XIX, o Brasil distanciou-se não apenas do interamericanismo como do pan-americanismo” (ATIQUE, 2010, p.33). No entanto, como seria possível o Brasil se distanciar, no século XIX, do interamericanismo e do panamericanismo, se a ideia associada ao próprio interamericanismo ainda não havia sido urdida?

Uma rápida passagem pelos capítulos da coletânea “Construcción de las identidades latinoamericanas – Ensayos de historia intelectual: siglos XIX y XX”, organizada por Aimer Granados García e Carlos Marichal, permite compreendermos que o que está colocado como construção identitária no século XIX e início do XX não se formula como interamericano/interamericanismo. No primeiro artigo dessa coletânea, escrito por Aimer García sobre os Congressos do Panamá em 1826, em Lima em 1848 e 1865 e em Santiago do Chile em 1856, fica evidente o quão importante é, para entendermos a construção identitária de América Latina, a compreensão das ideias políticas e culturais representativas em cada Congresso, portanto, em momentos históricos distintos (GARCÍA, 2004, p. 50).

Obliterar essas historicidades, suas particularidades e mudanças e a elas sobrepor um único conceito, no caso, o interamericanismo proposto por Villafañe Santos, implica na impossibilidade de compreender as mudanças que ocorreram nos agentes e nas ideias envolvidos nessa construção em movimento. Como observado por Aimer Garcia,

la idea e identidade política de lo americano pasó por diferentes etapas y conceptualizaciones: América, Colombia, Hispanoamérica, América Latina (...) Es importante resaltar el cambio de concepto América a

Hispanoamérica (...) pues señala câmbios en la idea de lo que se pretendia y tenía por continente americano (GARCIA, 2004, p.50).

A própria ideia de América Latina, que desde o século XIX está presente nos debates políticos e culturais sobre a identidade dessa complexa rede de países situados abaixo do Rio Grande, também resultou dessas mudanças e das perspectivas analíticas dos intelectuais que problematizaram o tema. Desde a análise de Jhon Phelan, ao associar a origem da ideia aos planos e aspirações francesas, também identificado como panlatinismo⁸, passando pelas discussões formuladas por Francisco Garcia Calderón, Justo Sierra, Torres Caicedo, Victor Haya de la Torre, Manuel Ugarte, Enrique Rodó, José de Vasconcelos, Carlos Quijano, Emílio Frugoni, entre tantos outros, é possível vislumbrar as mudanças nas etapas, de modo que a transposição da ideia de interamericanismo como proposta por Villafañe Santos a esse largo contexto histórico e intelectual só pode produzir um apagamento dessas mesmas ideias.

Como se trata de termos que no fundo enunciam um ideia política sobre a construção identitária das ex-colônias hispano-portuguesas, é importante compreender que essas identidades “são construções dos discursos e práticas políticas e culturais que se movem e se transformam nos interstícios do processo histórico” (SANTOS JUNIOR, 2013, p.28), entre elas, a americana, a hispano-americana, a panlatina, a latino-americana, a pan-americana, a indo-americana, a ibero-americana e, também, a interamericana.

3. *Por dentro do panamericanismo e do interamericanismo*

Muito já se escreveu sobre os projetos político-culturais identitários, com interpretações realizadas com as mais diversas fontes documentais, pressupostos metodológicos e objetos específicos de investigação,

⁸ Ver o texto de Esther Aillón Soria sobre “La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto L’Amérique Latine (1860-1930)” publicada na coletânea organizada por Aimer Garcia e Carlos Marichal (SORIA, 2004, p. 71-106).



particularmente no campo da história intelectual e dos intelectuais⁹. Trata-se de investigações que conformam um campo denso de interpretações sobre as identidades latino-americanas e que são aqui consideradas como referências importantes para se pensar o papel dos Arquitetos, dos Urbanistas, dos Planejadores Urbanos e das Instituições nesses debates intelectuais – e projetivos, o que é inerente à atuação desses profissionais e instituições – sobre a América Latina.

Entre aquelas Instituições criadas na primeira metade do século XX – incluindo o CINVA e a SIAP¹⁰ – a Organización Interamericana de Cooperación Internacional (OICI) foi fundada em 1938 na cidade de La Habana em decorrência direta de decisões que foram acertadas na VI Conferência Panamericana realizada dez anos antes, em 1928, na mesma cidade. Foi nessa conferência, segundo a Resolução n. 47, que se aprovou a realização do Primeiro Congresso Pan-americano de Municípios – que ocorreu, como mencionado, em 1938 – para discutir os temas do urbanismo e da administração municipal¹¹. Conforme os pontos dessa Resolução,

1. Que por la Unión Panamericana se organice y lleve a efecto el Primer Congreso Panamericano de Municipios.
2. Que en el programa de ese Congreso se inscriban con la mayor amplitud los temas que afectan al urbanismo y a los sistemas de administración urbana, así como aquellos otros que directa o indirectamente se relacionen con la vida comunal.
3. Que para concurrir a ese Congreso se invite a los Municipios mayores de cincuenta mil habitantes, así como a las organizaciones municipales políticas o técnicas y a las personas de reconocida competencia en la materia fundamento del Congreso.
4. Que siguiendo la práctica estableada por la Unión Internacional de Ciudades se efectúe una reunión preparatoria del Congreso en cuestión, gestionándose por la Unión Panamericana que esa junta previa tenga efecto en la ciudad de Boston, en el primer semestre de 1930, aprovechando la circunstancia de que en ese año celebra la culta ciudad norteamericana el tercer centenario de su fundación.

⁹ Sobre isso, existe um debate interessante sobre o próprio significado de intelectual, que, porém, não é o eixo de análise aqui pretendido. Nesse sentido, remeto um estudo, entre outros diversos, que traz considerações interessantes e outras referências: “A trama das ideias: intelectuais, ensaios e a construção das identidades na América Latina (1898-1974)”, realizado por Valdir Donizete dos Santos Junior, como dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da FFLCH-USP em 2013 (SANTOS JUNIOR, 2013).

¹⁰ Sobre a SIAP, ver FARIA, 2016.

¹¹

<http://www.dipublico.org/14467/congreso-panamericano-de-municipios-sexta-conferencia-internacional-americana-la-habana-1928/>
Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.



5. Y que el Primer Congreso Panamericano de Municipios tenga efecto en la ciudad de la Habana, en las fechas que se indiquen durante el primer semestre de 1931, en razón de ser la capital cubana la que ha llevado a cabo los principales trabajos por la intermunicipalidad.¹²

A Segunda e definitiva manifestação de gestação da O.I.C.I. está na Resolução n. 70 do *Primer Congreso Panamericano de Municipios* de 1938. Dessa Resolução n. 70, veio a determinação do caráter de permanência “a la cooperación intermunicipal y a las actividades em prol del mayor estrechamiento de relaciones entre los pueblos americanos a través de la intermunicipalidad”¹³, assim como o de estimular esforços para lograr a cooperación entre cidades de um mesmo país e entre aquelas situadas em países distintos da América (OICI, 1941, p. 100).

Os dois movimentos associados às Conferências Interamericanas, o primeiro em 1928 e o segundo em 1938, indicam a presença de Cuba nos dois eventos centrais de criação da OICI. Essa recorrente presença, no que ela também está relacionada à fundamentação do pensamento municipalista interamericano não foi uma simples coincidência. O debate sobre práticas municipalistas orientadas no sentido do desenvolvimento cooperado das localidades já estava na pauta do Conselho Municipal de La Habana desde as décadas de 1910 e 1920.

Desenvolvidas pelo professor de direito municipal Ruy de Lugo y Vinã, a ideia de cooperação intermunicipal (ou intermunicipalidade) havia sido aprovada por esse Conselho Municipal de La Habana em novembro de 1922. Uma vez formulada em Cuba, essa ideia seria rapidamente internacionalizada: foi aprovada em 1923 como Resolução de número 44 da V Conferência Internacional Americana realizada no Chile em 1923¹⁴ e, depois, incorporada à

¹²

<http://www.dipublico.org/14467/congreso-panamericano-de-municipios-sexta-conferencia-internacional-americana-la-habana-1928/> Acesso em: 20 de março de 2020.

¹³ Revista Municipal Interamericana / Inter-American Municipal Review, da Comisión Panamericana de Cooperación Intermunicipal: La Habana, Año I, julio-diciembre 1950, números 1-2, p. 2.

¹⁴ “Fomento de las relaciones entre las municipalidades de los países americanos”. <http://www.dipublico.org/14233/fomento-de-las-relaciones-entre-las-municipalidades-de-los-paises-americanos-quinta-conferencia-internacional-americana-santiago-1923/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.



IV Assembleia da Liga das Nações, momento em que influenciou o mesmo debate no âmbito da União Internacional de Cidades (FARIA, 2017).

Foi a partir da ideia de cooperação intermunicipal que as discussões sobre urbanismo e planejamento nos Congressos da OICI, desde o primeiro em 1938, ocuparam lugar central para se pensar o desenvolvimento municipal na América Latina. Em documento publicado pela Comissão Organizadora do II Congresso da OICI, realizado em 1941¹⁵, é possível constatar a pauta da sessão denominada Urbanismo y Planificación. Nela se abordou, entre outros assuntos, a planificación nacional, a planificación regional e a planificación urbana, todas as três direcionadas aos interesses dos municípios, em especial à habitação social, tema sensível e já no século XIX urgente em relação às condições de vida da população trabalhadora a ocupar as periferias das cidades latino-americanas. É nesse contexto histórico da década de 1930 que, como observou Sarah Feldman, “emerge uma visão de planejamento que incorpora a habitação como um direito, a política como intrínseca ao processo de planejamento” (FELDMAN, 2014, p. 131), no caso, associado aos debates sobre o *Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular*, realizado em Buenos Aires no ano de 1939, ou seja, um ano após o *Primer Congreso Panamericana de Municipios*, que já havia abordado os temas da habitação como “casas baratas” e da legislação “urbanística”.

Um aspecto a ser considerado em relação à OICI, mas também ao CINVA e à SIAP, e que abre a possibilidade de problematizá-las como parte daquelas construções identitárias, diz respeito ao nome que receberam. Nenhuma dessas instituições supranacionais criadas entre as décadas de 1930 e 1950 foi denominada como *latinoamericana*, e sim identificadas como *interamericana*. Essa constatação contradiz, inclusive, a observação de Arturo Ardo em “Genesis de la Idea y el nombre de America Latina”, em que o autor

¹⁵ A Comissão foi presidida pelo arquiteto chileno Ricardo González Cortés, o mesmo que presidiu o Segundo Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em 1923. Como observou Fernando Atique sobre esse Segundo Congresso Pan-americano de Arquitetos, “o que se depreende, de imediato, de suas conclusões, é a necessidade de estudo e de entendimento sobre urbanismo em todas as Escolas de Arquitetura” (ATIQUE, 2010, p. 53).



propunha uma “explicação dialética”¹⁶ para o surgimento do termo América Latina em relação ao termo América Anglo-saxônica, ao afirmar que “de ahí que América Latina es término que ha pasado a determinar, en número creciente cada día, organismos e instituciones internacionales” (ARDAO, 1980, p. 24-25). Como é possível constatar no texto “Panamericanismo y Latinoamericanismo” do mesmo Arturo Ardo, publicado posteriormente na coletânea “América Latina en sus ideas”, a referência à dimensão latino-americana das instituições e organismos internacionais tinha relação com a fundação, em 1948, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que é considerado um momento importante de consolidação, quiçá o mais importante desde o século XIX, da América Latina como identidade política, cultural e espacial no contexto do robustecimento do imperialismo norte-americano no pós-II Guerra Mundial.

Nesse sentido, os significados do cognome *interamericano* que as instituições receberam são oportunos para pensar o lugar dos países latino-americanos e as discussões profissionais realizadas por Arquitetos, Urbanistas e Planejadores em relação às conjunturas política e cultural panamericanas, forjadas no âmbito das Conferências Internacionais Interamericanas e, a partir de 1948, da Organização dos Estados Americanos (OEA) como conjuntura política e cultural Interamericana. Para tanto, a ideia da “explicação dialética” proposta por Arturo Ardao em relação às duas Américas como correlatas, mas em oposição, é um caminho para se analisar o panamericanismo e latinoamericanismo como construções políticas e culturais claramente opostas, mas que também existiram como correlação.

Essa correlação está posta na essência das três instituições, pois, ainda que tenham sido engendradas histórico-politicamente *de dentro* do panamericanismo, no caso da OICI, e do interamericanismo, nos casos do CINVA e da SIAP, suas atividades foram orientadas a problematizar primordialmente, talvez unicamente, as cidades latino-americanas. Ou seja, são instituições criadas sob o signo de representações políticas do

¹⁶ Para Ardo, América Latina e América Anglosaxona “son conceptos correlacionados, aunque por oposición; no pudieron aparecer y desenvolverse sino juntos, aunque a traves de su contraste” (ARDAO, 1980, p.24)



panamericanismo-interamericanismo para formularem ideias, projetos, planos e ações para o ambiente construído latino-americano.

Assim sendo, se a oposição é algo que se analisa pelos diversos aspectos que claramente diferenciam os projetos políticos e culturais panamericanos-interamericanos e latino-americanos, a correlação é o lugar conceitual em que se pode interpretar a atuação dessas Instituições e dos profissionais Arquitetos, Urbanistas e Planejadores para compreender o papel que exerceram na América Latina e em todo o continente americano, bem como para tentar compreender se existiram e quais foram as discussões sobre as identidades latino-americanas em sua dimensão socioespacial, ou seja, aquelas que perpassariam análises e proposições sobre o território e as cidades da América Latina.

Nesse sentido, é possível formular algumas perguntas oportunas: esse debate sobre as identidades políticas e culturais ocorreu também entre profissionais arquitetos, urbanistas e planejadores ou esteve circunscrito aos intelectuais da literatura, da filosofia, aos políticos, dentre outros campos profissionais? Qual o lugar da Arquitetura e do Urbanismo e do Planejamento na construção-invenção da América Latina?

Ainda nesse mesmo sentido e a partir do pressuposto do correlato, é inescusável problematizar as ideias formuladas e debatidas pelos profissionais oriundos dos países da América Latina no âmbito de cada uma das Instituições como caminho para se descolonizar a noção de que os saberes sobre as cidades estão (universalmente?) vinculados aos europeus e norte-americanos, e de que só nesses contextos espacial-políticos teria sido possível formular os conceitos e as soluções (universais?) em arquitetura, urbanismo e planejamento, quando estes deveriam ser interpretados como construções transnacionais. Em pleno século XXI, percorrer esse caminho é, mais do que nunca, improtelável para a descolonização do conhecimento em Arquitetura, Urbanismo e Planejamento já concebido para se buscar soluções

aos problemas correntes que afetam as cidades, em especial na América Latina.

Para tanto, e corroborando a observação de Fernando Lara de que “precisamos urgentemente olhar para o ambiente construído das Américas com nossas próprias lentes” (LARA, 2018, p. 74), proponho olharmos com nossas lentes a construção das ideias urbanísticas e arquitetônicas que ajudaram a engendrar esse ambiente construído latino-americano. E quais seriam essas lentes? Isso cada pesquisador deverá construir conforme as indagações, as categorias analíticas e documentos intrínsecos ao tema-objeto que lhe interessa, desde que essas mesmas lentes *não sejam*, por fim, *produzidas com matéria prima importada*.

Ao indagarmos sobre o lugar que as ideias urbanísticas e arquitetônicas teriam ocupado no jogo político panamericanista-interamericanista, abrimos um caminho importante para compreendermos as ações, as decisões e as concepções que os profissionais latino-americanos formularam para os problemas das cidades latino-americanas exatamente durante aquele processo histórico de transição do sistema de poder da Europa para os EUA. Foi exatamente nesse processo de transição entre os séculos XIX e XX que se deu, pela perspectiva formulada por Aníbal Quijano, a “catástrofe” da modernização que atinge também a cidade latino-americana. *Sin pan y sin trabajo* é só uma das facetas dessa catástrofe que aflige, sobretudo, a população pobre e marginalizada e que, a cada dia, desde o século XIX, só faz crescer as periferias das cidades na América Latina, pois a catástrofe não deixa a essa população somente sem pão ou sem trabalho, mas, sobretudo, sem moradia e sem cidade.

4. Referências Bibliográficas

ANTIÁSVO, Marat. Origen y desarrollo de las ideas del panamericanismo. In: Instituto América Latina da Academia de Ciências de la URSS (ORG). *El Panamericanismo: su evolución histórica y esencia*. Moscou, 1982, p. 48-63.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro de; ALONSO, Rafael Affonso de Miranda. As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº. 25, Jul./Dez., 2018, p. 135-160.

ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y Latinoamericanismo. In: ZAE, Leopoldo (org). *América Latina en sus ideas*. México: UNESO/SIGLO XXI, 1986, p. 157-171.

ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a "Boa Vizinhaça": arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos. 1876-1945*. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

BAGGIO, Katia Gerab. Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-americanismo: a Revista Americana (1909-1919). In: *Anais Eletrônicos do IV Encontro da APHLAC*. Salvador: ANPHLAC, 2000, p. 1-7.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CAMACHO, L. 2007. Sociedad Interamericana de Planificación, SIAP 50 años Vida institucional y programática. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, - Colombia, v. 1, n. 11, p. 268-284.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um Continente. A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: MAUD X / FAPERJ, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORDEIRO, Simone Lucena. *Os Cortiços de Santa Efigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / APESP, 2010

FARIA, Rodrigo S. de Urbanização, planejamento urbano e desenvolvimento municipal na américa latina: ideias e realizações da sociedad interamericana de planificación (1956-1980). In: *Anais do I Congreso Iberoamericano de História Urbana*. Santiago de Chile: AIHU, 2016, p. 1511-1519. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ciec/pf-ciec/public-files/congresso/subpg/940/anais_icihu_2016.pdf



DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem*. São Paulo: ALAMEDA, 2013.

FERRERAS, Norberto O. El Panamericanismo y otras formas de relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del Siglo XX, In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, n.15, jul./dez. 2013, p. 155-174.

GARCIA, Aimer Granados. Congresos e Intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana. In: GARCÍA, Aimer Granados e MARICHAL, Carlos (org). *Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México: El Colegio de México / Centro de Estudios Históricos, 2009, p. 39-71.

GUTIÉRREZ, Ramon. *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

JUNIOR, Valdir Donizete dos Santos. *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. Dissertação de Mestrado em História. FFLCH-USP. São Paulo, 2013.

LANDAU, Matías. *Gobernar Buenos Aires. Ciudad, política y sociedade, del siglo XIX a nuestros días*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

LARA, Fernando. Teorizando o espaço das Américas: possíveis saídas para os séculos de exclusão e esquecimento. In: *AMÉRICA. Revista da Pós-graduação da Escola da Cidade*, São Paulo, n. 1, 2019, p. 66-75.

MEDRANO, Ricardo Hernán. *São Paulo e Buenos Aires: urbanismo e arquitetura 1870-1915*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

MIGNOLO, Walter. *La idea de America Latina: la herida colonial y la opción Decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MOYANO, Javier. El Concepto de América Latina en el pensamiento de Manuel Ugarte y Deodro Roca. In: GARCÍA, Aimer Granados e MARICHAL, Carlos (org). *Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX*. México: El Colegio de México / Centro de Estudios Históricos, 2009, p. 179-206.

NIETO, Galvarino Gallardo. *Panamericanismo*. Santiago de Chile: Imprenta Nascimento, 1941.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, Identidad y Utopia en America Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones, 1988.

REIS, Mateus Fávaro. Latino-americanismo e pan-americanismo no Uruguai dos entreguerras: entre utopias e distopias. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.15, jul./dez. 2013, p. 198-224.

	<p>SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. <i>O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)</i>. São Paulo: Editora UNESP, 2004.</p> <p>SICA, Paulo. <i>Historia del Urbanismo. El Siglo XIX</i>. 2º. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.</p> <p>SORIA, Esther Aillón. “La política cultural de Francia en la génesis y difusión del concepto L’Amérique Latine (1860-1930)”. In: GARCÍA, Aimer Granados e MARICHAL, Carlos (org). <i>Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual, siglos XIX y XX</i>. México: El Colegio de México / Centro de Estudios Históricos, 2009, p. 71-106.</p> <p>VOLSKI, V. Introducción. In: Instituto América Latina da Academia de Ciências de la URSS (ORG). <i>El Panamericanismo: su evolución histórica y esencia</i>. Moscou, 1982.</p> <p>ZÚBOK, Lev. Primeras Conferencias Panamericanas. In: Instituto América Latina da Academia de Ciências de la URSS (ORG). <i>El Panamericanismo: su evolución histórica y esencia</i>. Moscou, 1982, p. 64-75.</p> <p>Feldman, S. Do primeiro congresso panamericano de la vivienda popular (1939) ao seminário de habitação e reforma urbana(1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana:. <i>URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade</i>, 2014, 6(1), 129-143.</p> <p>FARIA, Rodrigo S. de. Urbanismo e desenvolvimento municipal na Europa Os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles. In: CIUDADES. Revista del Instituto Universitario de Urbanística. Universidad de Valladolid. N. 19, 2017, p. 57-76.</p> <p>OICI. Segundo Congreso Interamericano de Municipios. Agenda, Reglamento, Actas de Chicago y Acta Final del Congreso de La Habana, de 1938. Santiago de Chile: Imprensa Rapid, 1941.</p>
--	---

Resumo

Muito já se escreveu sobre os projetos político-culturais identitários com interpretações realizadas com as mais diversas fontes documentais e pressupostos metodológicos, particularmente no campo da história intelectual, das ideias, história política, história social e cultural. Neste trabalho, o interesse maior é problematizar, a partir do diálogo com parte dessa literatura, os debates sobre o panamericanismo, o interamericanismo e o latinoamericanismo para pensar as possíveis relações com o pensamento urbano sobre a cidade latino-americana que, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, passará por um processo de ocupação periférica e destituída de infraestrutura urbana e habitacional. Esse pensamento urbano será produzido pelas diversas redes profissionais e institucionais criadas no continente a partir da década de 1930, especialmente a Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (OICI), todas elas marcadas em seu nome pela dimensão interamericana. Nesse sentido, interessa também formular algumas problematizações-indagações aos profissionais e instituições que, *por dentro* dessa dimensão interamericana, como *continuidade* da construção político-identitária pan-americana, passariam a discutir os problemas da cidade latinoamericana.

Palavras-chave: Panamericanismo. Interamericanismo. Pensamento Urbano. Cidade latino-americana. OICI

Abstract

Much has been written on political-cultural identity projects with interpretations undertaken using a great diversity of documentary sources and methodological assumptions, particularly in the field of the intellectual history, ideas and political history, social and cultural history. In the present work, the main interest is to problematize, based on a dialogue with part of this literature, the debates on Pan-Americanism, Inter-Americanism and Latin-Americanism in order to consider the possible relations with urban thought regarding the Latin American city that, between the end of the nineteenth century and first decades of the twentieth, underwent a process of peripheral occupation, devoid of any urban and housing infrastructure. This urban thought was produced by the various professional and institutional networks created on the continent from the 1930s, especially the Inter-American Organization for Intermunicipal Cooperation (OICI), all of which were marked in its name by the inter-American dimension. Thus, it is also of interest to formulate certain problematizations-questions for professionals and institutions that, within this inter-American dimension, as a continuity of the Pan-American political-identity construction, began to discuss the problems of the Latin American city.

Keywords: Pan-Americanism. Inter-Americanism. Urban Thought. Latin American City. OICI

Resumen

Ya se ha escrito mucho sobre proyectos político-culturales identitarios con interpretaciones realizadas a partir de las más diversas fuentes documentales y presupuestos metodológicos, particularmente en el campo de la historia intelectual, de las ideas y de la historia política, social y cultural. En este trabajo, el principal interés es problematizar –dialogando con parte de esa literatura– los debates sobre el panamericanismo, el interamericanismo y el latinoamericanismo para pensar las posibles relaciones con el pensamiento urbano sobre la ciudad latinoamericana que, entre fines del siglo XIX y comienzos del XX, pasó por un proceso de ocupación periférica que se caracterizó por una

DOI:10.20396/urbana.v12i0.8660514

urbanización precaria. Ese pensamiento urbano fue producido por diversas redes profesionales e institucionales creadas en el continente desde la década de 1930 (todas marcadas por la dimensión interamericana), especialmente por la Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (OICI). En ese sentido, también nos interesa formular algunas problematizaciones-indagaciones a los profesionales e instituciones que, *desde dentro* de esa dimensión interamericana, como *continuidad* de la construcción político-identitaria panamericana, comenzaron a discutir los problemas de la ciudad latinoamericana.

Palabras clave: Ciudad latinoamericana. Panamericanismo. Latinoamericanismo. Pensamiento Urbano. OICI

